

APP-Sindicato contesta fechamento do Colégio Elísio Viana, em Curitiba

Dirigentes da APP-Sindicato se reuniram nesta segunda-feira (8) com representantes da Seed para evitar o fechamento do Colégio Elísio Viana, em Curitiba

Dirigentes da APP-Sindicato se reuniram nesta segunda-feira (8) com representantes da Secretaria de Estado da Educação (Seed) para buscar soluções e evitar o fechamento do Colégio Elísio Viana, em Curitiba. O governo quer fechar a escola, transferindo o Colégio Pio Lanteri para o local.

“Sugerimos manter os dois colégios no mesmo prédio, para garantir às turmas do Elísio Viana o direito de terminarem o curso”, afirma Tereza Lemos, secretária de Organização da APP.

“A Seed não se opôs e vamos agendar reunião com o Departamento de Educação Profissionalizante, o Núcleo Regional de Educação e as direções dos colégios, para continuar o debate sobre o tema”, completa Tereza.

A APP, por princípio, é contra o fechamento de escolas. “A gente sempre demandou que, onde tem redução de estudantes, pudesse ter, por exemplo, um turno único ampliado, que se pudesse ter uma discussão com a comunidade, que precisa ser ouvida nesses momentos”, afirma o presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão.

O debate sobre o fechamento do Colégio Elísio Viana acontece no contexto de denúncias de problemas no ensino técnico profissionalizante.

Na semana retrasada, alunos dos colégios Estudantes dos cursos técnicos de Enfermagem dos colégios estaduais Guido Straube e São Pedro Apóstolo, de Curitiba, protestaram em frente à Seed contra a falta de professores(as),



Foto: Divulgação

“A gente sempre demandou que, onde tem redução de estudantes, pudesse ter, por exemplo, um turno único ampliado, que se pudesse ter uma discussão com a comunidade, que precisa ser ouvida nesses momentos”, afirma o presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão.

atrasos nos salários e dificuldades para estagiar e concluir os cursos para começar a trabalhar.

Na mesma semana, a Seed anunciou o fechamento do curso técnico em Meio Ambiente do Colégio Newton Freire Maia, em Pinhais – o curso foi substituído por técnico em Agronegócio.

Outra pauta da reunião na Seed nesta segunda-feira (8) foi a situação do Colégio João Ferreira Kuster, em Campo Largo, administrado em dualidade com o município, que quer levar a escola para outro prédio em construção para alugar, a três quilômetros de distância.

A Seed autorizou a diretora do colégio a receber matrículas normalmente. Uma nova reunião com representantes da APP, Prefeitura, Seed e diretores(as) de escola será marcada para definir o que será feito.

Pior e mais caro: Ratinho JR gasta meio bilhão com terceirização nas escolas e loteia Paraná entre empresas

Dos R\$ 422,796 milhões que serão pagos aos empresários, 82% são em contratos emergenciais, feitos sem licitação



O governo do Paraná loteou o estado e entregou os ‘feudos’ para 13 empresas, que ganham dinheiro fácil com contratos de terceirização de mão de obra nas escolas estaduais. O gasto total chega a R\$ 422,796 milhões em um ano; quase meio bilhão de reais.

Os contratos custarão R\$ 178 milhões a mais do que o gasto previsto com os 9,7 mil funcionários(as) PSS demitidos(as) em 2021. A maior parte dos contratos – 82% – é emergencial, firmados sem a concorrência de um processo licitatório, o que eleva seus valores.

“O Governo vai gastar quase meio bilhão de reais em um ano para termos serviços piores e piores condições de trabalho do que com os(as) funcionários(as) PSS”, constata Nádia Brixner, secretária de Funcionários(as) da APP-Sindicato.

Ela destaca que 30% dos 11 mil funcionários(as) terceirizados(as) que o governo diz ter disponibilizado nas escolas foram contratados(as) para trabalhar 20 e não 40 horas por semana. “O resultado é que temos nas escolas menos funcionários(as) que o necessário”, afirma.

Além da sobrecarga de trabalho, dos salários menores e dos direitos precários, a APP tem recebido inúmeras denúncias de atrasos nos salários e desconto do valor do vale-alimentação.

“No Paraná estamos vivenciando uma experiência muito dura com a terceirização. É um projeto de governo que entrega dinheiro público a empresários para prestarem um serviço público, mas o ganho é privado”, continua Nádia. “Por isso lutamos pela revogação da Lei da Terceirização e pela realização imediata de concurso público para funcionários(as) de escola”, conclui.

CHAPA 1 APP UNIDA E FORTE

Vote APP no chão da escola



CHAPA 2

OPOSIÇÃO ALTERNATIVA